



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável  
Subsecretaria de Regularização Ambiental – SURAM  
Superintendência Regional de Meio Ambiente da Zona da Mata

|   |  |   |                                     |
|---|--|---|-------------------------------------|
| <b>Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 0354006/2018</b>                                      |  |   |                                     |
| <b>PA COPAM Nº:</b> 17999/2016/002/2018   |  | <b>SITUAÇÃO:</b> Sugestão pelo Deferimento                |                                     |
| <b>EMPREENDEDOR:</b> CHF Móveis LTDA  |  | <b>CNPJ:</b> 06.252.823/0001-90                           |                                     |
| <b>EMPREENDIMENTO:</b> CHF Móveis LTDA  |  | <b>CNPJ:</b> 06.252.823/0001-90                           |                                     |
| <b>MUNICÍPIO:</b> Rodeiro   |  | <b>ZONA:</b> Urbana                                       |                                     |
| <b>CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE:</b><br>Não se aplica  |  |   |                                     |
| <b>CÓDIGO:</b><br><br>B-10-02-2   | <b>ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO ( DN COPAM nº 217/2017):</b><br><br>Fabricação de móveis de madeira, e/ou seus derivados, com pintura e/ou verniz | <b>CLASSE</b><br><br>3                                    | <b>CRITÉRIO LOCACIONAL</b><br><br>0 |
| <b>CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO:</b><br><br>Simbiose Assessoria e Consultoria Ambiental<br>Matheus de Lucas Dias |  | <b>REGISTRO:</b><br><br>CTF: 5273052<br>CREA-MG 170.051-D |                                     |
| <b>AUTORIA DO PARECER</b>   |  | <b>MATRÍCULA</b>  | <b>ASSINATURA</b>                   |
| Daniela Rodrigues<br>Gestora Ambiental<br>(Bióloga)   |  | 1.364.810-0   |                                     |
| De acordo:<br>Leonardo Gomes Borges<br>Diretor Regional de Regularização Ambiental                                  |  | 1.365.433-0   |                                     |



**Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 0354006/2018**

O empreendimento CHF Móveis LTDA atuará na fabricação de móveis de madeira, e/ou seus derivados, com pintura e/ou verniz, exercendo suas atividades no município Rodeiro - MG. O empreendimento funcionava anteriormente amparado por Autorização Ambiental de Funcionamento (AAF nº 01184/2014).

Em virtude da entrada em vigor da nova legislação que regulamenta o licenciamento ambiental (Deliberação Normativa COPAM nº 217/2017), o empreendedor solicitou a renovação de sua regularização ambiental através de licenciamento ambiental simplificado (LAS), via Relatório Ambiental Simplificado (RAS), em 27/04/2018 (PA: 17999/2016/002/2018).

A atividade do empreendimento objeto deste licenciamento será fabricação de móveis de madeira, e/ou seus derivados, com pintura e/ou verniz, cujo consumo anual de madeira e/ou painéis é de 8.000 m<sup>3</sup>, o que justifica a adoção do procedimento simplificado.

Com base nas coordenadas informadas pelo empreendedor, na área de inserção do empreendimento não incide nenhum critério locacional previsto na Deliberação Normativa COPAM nº 217/2017.

Segundo informado no Módulo 03 do Formulário de Caracterização do Empreendimento (FCE) não será necessário nenhum tipo de intervenção ambiental.

A água utilizada pelo empreendimento é exclusivamente proveniente de concessionária local, com consumo médio de 61,6 m<sup>3</sup>/dia.

Como principais impactos inerentes à atividade e devidamente mapeados no RAS, tem-se a geração de efluentes líquidos, resíduos sólidos e emissões atmosféricas. Os efluentes líquidos sanitários gerados pelo empreendimento são tratados através de um sistema de fossa séptica, seguida de filtro anaeróbio. Após tratamento, o efluente é lançado na rede coletora. Não há geração de efluentes industriais.

O armazenamento temporário e a destinação final dos resíduos sólidos informados no RAS apresentam-se ajustados às exigências legais.

As emissões atmosféricas são provenientes do corte e lixação da madeira (material particulado). Foi apresentado relatório fotográfico comprovando que as máquinas possuem sistema de controle apropriado. Não será necessária realização de monitoramento atmosférico, devido tratar-se de sistema fechado, onde o pó de madeira fica enclausurado em contêineres até que seja dada a destinação final.

A geração de ruído para este empreendimento foi considerada inexpressiva, devido à localização do galpão em relação aos limites do terreno e à ausência de vizinhos confrontantes.

Cita-se, ainda, que não foram **identificados e registrados no RAS** outros impactos ambientais relevantes que possam estar associados à operação do empreendimento, fato este que corrobora para o posicionamento técnico favorável à concessão da licença ambiental pleiteada.



Em conclusão, com fundamento nas informações constantes do Relatório Ambiental Simplificado (RAS), sugere-se a concessão da Licença Ambiental Simplificada ao empreendimento “CHF Móveis LTDA” para a atividade de “Fabricação de móveis de madeira, e/ou seus derivados, com pintura e/ou verniz”, no município de Rodeiro-MG, pelo prazo de 10 anos”, vinculada ao cumprimento das condicionantes estabelecidas no anexo deste parecer, bem como da legislação ambiental pertinente.

## ANEXO I

### Condicionantes para Licença Ambiental Simplificada do empreendimento “CHF Móveis LTDA”.

| Item | Descrição da Condicionante   | Prazo*                        |
|------|--|-------------------------------|
| 01   | Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II, demonstrando o atendimento aos padrões definidos nas normas vigentes. | Durante a vigência da licença |

\* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.

## IMPORTANTE

Os parâmetros e frequências especificadas para o Programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da Supram-ZM, face ao desempenho apresentado;

*Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.*

## ANEXO II

### Programa de Automonitoramento da Licença Ambiental Simplificada do empreendimento “CHF Móveis LTDA”

#### 1. Efluentes Líquidos

| Local de amostragem                         | Parâmetro  | Frequência de Análise |
|---|--|-----------------------|
| Na entrada e na saída da ETE <sup>(1)</sup> | Temperatura, óleos e graxas minerais <sup>(2)</sup> ,<br>óleos e graxas vegetais/animais, sólidos em suspensão, DQO, DBO, pH | <u>semestral</u>      |



(1) O plano de amostragem deverá ser feito por meio de coletas de amostras compostas para os parâmetros DBO e DQO pelo período de no mínimo 8 horas, contemplando o horário de pico. Para os demais parâmetros deverá ser realizada amostragem simples.

(2) Separação do parâmetro “óleos e graxas” em mineral e vegetal/animal de modo a garantir que os efluentes provenientes da caixa SAO existente na Casa de Força, não estejam se misturando com o efluente sanitário. Não foi solicitado monitoramento dos efluentes da caixa SAO devido à mesma ser de utilização esporádica, apenas para o caso de possíveis vazamentos de óleo das máquinas e/ou em períodos de manutenção.

**Local de amostragem:** Entrada da ETE (efluente bruto): antes do tanque séptico. Saída da ETE (efluente tratado): após o filtro anaeróbico.

**Relatórios:** Enviar **anualmente** à Supram Zona da Mata até o dia 10 do mês subsequente, os resultados das análises efetuadas. O relatório deverá especificar o tipo de amostragem e conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pela amostragem, além da produção industrial e do número de empregados no período. Deverá ser anexado ao relatório o laudo de análise do laboratório responsável pelas determinações.

Constatada alguma inconformidade, o empreendedor deverá apresentar justificativa, nos termos do §2º do art. 3º da Deliberação Normativa nº 165/2011, que poderá ser acompanhada de projeto de adequação do sistema de controle em acompanhamento.

*Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados das análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado, inclusive das medidas de mitigação adotadas.*

**Método de análise:** Normas aprovadas pelo INMETRO ou, na ausência delas no *Standard Methods for Examination of Water and Wastewater*, APHA-AWWA, última edição.

## 2. Resíduos Sólidos

Enviar **anualmente** à Supram Zona da Mata, os relatórios mensais de controle e disposição dos resíduos sólidos gerados contendo, no mínimo, os dados do modelo abaixo, bem como a identificação e a assinatura do responsável técnico pelas informações.

| Resíduo     |        |                                |                        | Transportador |                   | Disposição final   |                     |                   |                         | Obs. |                  |
|-------------|--------|--------------------------------|------------------------|---------------|-------------------|--------------------|---------------------|-------------------|-------------------------|------|------------------|
| Denominação | Origem | Classe NBR 10.004 <sup>1</sup> | Taxa de geração kg/mês | Razão social  | Endereço completo | Forma <sup>2</sup> | Empresa responsável |                   |                         |      |                  |
|             |        |                                |                        |               |                   |                    | Razão social        | Endereço completo | Licenciamento ambiental |      |                  |
|             |        |                                |                        |               |                   |                    |                     |                   | Nº processo             |      | Data da validade |

(1) Conforme NBR 10.004 ou a que sucedê-la.

(2) Tabela de códigos para formas de disposição final de resíduos de origem industrial

1- Reutilização

2 - Reciclagem

3 - Aterro sanitário



- 4 - Aterro industrial
- 5 - Incineração
- 6 - Co-processamento
- 7 - Aplicação no solo
- 8 - Estocagem temporária (informar quantidade estocada)
- 9 - Outras (especificar)

Em caso de transporte de resíduos sólidos Classe I - perigosos, deverá ser informado o número e a validade do processo de regularização ambiental do transportador.

Em caso de alterações na forma de disposição final dos resíduos sólidos em relação ao Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos apresentado, a empresa deverá comunicar previamente à Supram para verificação da necessidade de licenciamento específico.

Fica proibida a destinação de qualquer resíduo sem tratamento prévio, em áreas urbanas e rurais, inclusive lixões e bota-fora, conforme Lei Estadual nº 18.031/2009. Para os resíduos sólidos Classe I – perigosos, e para os resíduos de construção civil, a referida lei também proíbe a disposição em aterro sanitário, devendo, assim, o empreendedor cumprir as diretrizes fixadas pela legislação vigente quanto à destinação adequada desses resíduos. Os resíduos de construção civil deverão ser gerenciados em conformidade com as Resoluções Conama nº 307/2002 e nº 348/2004.

As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor. Desse modo, as notas fiscais de vendas e/ou movimentação, bem como documentos identificando as doações de resíduos poderão ser solicitados a qualquer momento para fins de fiscalização. Portanto, deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor.

### 3. Ruídos

| Local de amostragem  | Parâmetro    | Frequência de Análise |
|--|--------------|-----------------------|
| Em pontos localizados nos limites da área externa do empreendimento de acordo com NBR 10.151/2000. | dB (decibel) | <u>anual</u>          |

**Relatórios:** Enviar, anualmente, à Supram-ZM os resultados das análises efetuadas, acompanhados pelas respectivas planilhas de campo e de laboratório, bem como a dos certificados de calibração do equipamento de amostragem. O relatório deverá conter a identificação, registro profissional, anotação de responsabilidade técnica e a assinatura do responsável pelas amostragens. Deverão também ser informados os dados operacionais.

As análises deverão verificar o atendimento às condições da Lei Estadual nº 10.100/1990 e Resolução CONAMA nº 01/1990.